

4 DO ROTATIVISMO
AO FIM DA MONARQUIA
1870-1910

JOÃO CARLOS GREGÓRIO DOMINGUES VICENTE FRANCISCO DE SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

João Carlos Gregório Domingues Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun nasceu a 17 de Novembro de 1790, em Lisboa (ou Golegã, dependendo das fontes), e veio a falecer a 20 de Novembro de 1876, em Londres.

Era filho de João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e de D. Maria Amália de Carvalho Daun, primeiros condes de Rio Maior, e neto materno dos primeiros marqueses de Pombal.

Iniciou os estudos na Academia Real de Marinha, em 1805, onde, ao longo do curso, recebeu distinções e prémios.

Em 28 de Setembro de 1805, assentou praça como cadete no célebre Regimento de Infantaria 1. No ano seguinte, a 24 de Junho, foi promovido a capitão, em virtude do Decreto de 8 de Janeiro anterior, pelo qual se determinava que os filhos militares dos conselheiros de Estado recebessem, como primeiro posto, o de capitão.

Em reacção às invasões francesas de 1807, alistou-se, em 5 de Fevereiro de 1808, num grupo de conspiradores contra a ocupação estrangeira. No contexto da Guerra Peninsular, firmou, então, todos os seus créditos militares e ganhou prestígio, regressando a Portugal investido do posto de tenente-coronel.

Já coronel, segue para o Brasil em 27 de Junho de 1815, como adido do Estado-Maior do Exército que viria a tomar Montevidéu, de cuja campanha, em que dá prova dos seus créditos, vem a resultar a sua promoção ao posto de general, com apenas 27 anos. Com o fim desse conflito, é nomeado, em 1821, capitão-general da província do Rio Grande do Sul, na posse do posto de brigadeiro.

Proclamada a independência do Brasil, partiu para Portugal a 4 de Dezembro de 1822, onde viria a ser um dos principais actores políticos do século.

À sua chegada, foi imediatamente nomeado para o comando duma expedição com destino à Baía, a fim de submeter o Brasil à obediência de Portugal. Como se recusasse, conheceu o cárcere no Castelo de São Jorge, em Fevereiro de 1823. Após a Vila-Francada, recupera a liberdade e é nomeado, por D. João VI, comandante do Exército de observação que se formara no Alentejo. Dissolvida essa unidade, torna-se governador de armas do Porto.

À morte do rei D. João VI, envida todos os esforços para que a infanta regente, D. Isabel Maria, publique e jure a Carta Constitucional, o que veio a acontecer a 12 de Julho de 1826.

Formado novo ministério em 1 de Agosto seguinte, assume a pasta dos Negócios da Guerra.

Substituído em 13 de Outubro de 1826, para ir comandar a repressão da revolta do Algarve, só voltará à pasta em 1 de Maio de 1827, havendo adoecido pelo meio.

No mesmo governo, sobraça a pasta dos Negócios Estrangeiros a partir de 8 de Junho de 1827, dada a ausência do seu titular em Londres, mas acaba por se demitir em 26 de Julho de 1827, depois da regente lhe inviabilizar a promulgação de vários decretos. Em seu apoio, o povo organizou uma manifestação, que ficou conhecida como Archotada, por se realizar de noite à luz de archotes. Instalado D. Miguel no trono, vê-se forçado a partir para Londres. No exílio, aproxima-se, ideologicamente, de um liberalismo avançado, o que levou D. Pedro IV a excluí-lo da expedição



MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS

organizada em Belle Isle. Contudo, perante a iminência do desaire militar, acaba por ser chamado e, à frente da 2.ª Divisão, desempenhou um papel de tal forma importante no cerco do Porto que foi brindado com a chefia do Estado-Maior do imperador. Entretanto, em 14 de Janeiro de 1833, havia sido agraciado com o título de conde de Saldanha.

No mesmo dia em que se assina a paz (26 de Maio de 1834), ascende a marquês de Saldanha e, nos tempos seguintes, é eleito deputado e torna-se chefe da oposição ao primeiro ministério de D. Maria II. Só no ano seguinte, a 27 de Maio, a rainha o chamaria ao poder, incumbindo-o da presidência do Conselho e da pasta dos Negócios da Guerra, naquele que ficou conhecido como “Ministério Impossível”.

Perante o radicalismo setembrista, aproxima-se da mais moderada Carta Constitucional, por pensar que aquele punha em causa a dignidade da função régia. Marcha, então, para o Norte, em 27 de Julho de 1837, com o intuito de sufocar as demonstrações mais radicais, mas, saldando-se em derrota o movimento de que fazia parte, a chamada “Revolta dos Marechais”, foi obrigado a emigrar.

Em 1842, restaurada a Carta Constitucional, torna-se embaixador em Paris, onde reside até 1846, ano em que regressa a Portugal, para, a 6 de Outubro, liderar um golpe de Estado palaciano a favor de Costa Cabral. Se tal atitude lhe rendeu, no mês seguinte, a entrada na Câmara dos Pares e a elevação ao título de 1.º duque de Saldanha (no dia 4), não impediu, por outro lado, que o País se lançasse numa guerra civil.

Em meados de 1849, alguns meses depois de lhe ter sido confiada a organização do gabinete

ministerial, formado, de facto, a 18 de Dezembro de 1848, vê Costa Cabral a assumir, com a complacência da rainha, a chefia do Ministério em registo claramente ditatorial. Despeitado, demitiu-se de todas as dignidades que ocupava. Todavia, aproveitando-se da instabilidade que a governação de Costa Cabral havia trazido ao País, promove nova sublevação militar em 1851, desta feita, com êxito. Do seu desenlace, é nomeado por D. Maria II para a chefia do Executivo, posição que mantém por cerca de cinco anos. Dava-se, então, início ao movimento da “Regeneração”.

Findo esse mandato, retira-se, temporariamente, das lides governativas e dedica-se à carreira diplomática e à investigação homeopática, de que resultou a publicação de um opúsculo sobre a matéria, em 1858, intitulado *Estado da Medicina em 1858; Opusculo, Dividido em Cinco Partes, Dedicado a El Rei o Sr. D. Pedro V, e Offerecido aos Homens de Consciencia e Superiores, que entre Nós Ensinam ou Praticam a Nobre e Liberal Profissão da Medicina*.

Já octogenário, incorreu, uma vez mais, numa manobra golpista, conhecida por “Saldanhada”, que levou à destituição do ministério progressista presidido pelo duque de Loulé. Ascendeu, assim, em 20 de Maio de 1870, à presidência do Conselho e à titularidade de todas as pastas, incluindo a dos Negócios da Fazenda.

Em ditadura, formou um ministério em 25 de Maio seguinte, que ficou conhecido como o “dos cem dias”, em que juntou às funções de presidente do Executivo as de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Promulgou, então, uma série de reformas, mas, em 29 de Agosto do mesmo ano de 1870, seria afastado por um outro golpe de Estado.



Retira-se, enfim, como ministro em Londres, onde veio a falecer.

Marechal-general do Exército, conselheiro de Estado efectivo, mordomo-mor da Casa Real e vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, detinha, também, as grã-cruzes das ordens de Cristo, da Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de São Tiago, de São João de Jerusalém; de São Fernando, de Isabel, *a Católica*, e de Carlos III (Espanha); da Legião de Honra (França), de São Gregório Magno e de Pio IX (Roma), de Ernesto Pio (Saxe-Coburgo), de Leopoldo (Áustria), do Leão (Países Baixos), de São Maurício e São Lázaro (Itália), de Leopoldo (Bélgica), de Alberto, *o Valoroso* (Saxónia), do Salvador (Grécia) e da Águia Branca (Rússia). Era cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro, de Espanha, e da Santíssima Anunciada, de Itália. Pertenceu à Maçonaria do Sul, de que foi grão-mestre.

ANTÓNIO JOAQUIM VIEIRA DE MAGALHÃES

António Joaquim Vieira de Magalhães nasceu no Porto, a 22 de Junho de 1822, e veio a falecer em Cascais, a 9 de Setembro de 1903.

Era filho de António Vieira de Magalhães, 1.º visconde de Alpendurada, e de Margarida Albina de Melo. O pai era tenente-coronel



COLECCÃO DA CONDESSA DE SANTAR

dos batalhões nacionais e um abastado proprietário do Porto.

Fez carreira na área comercial, sendo negociante de grosso trato da praça de Lisboa e director de várias companhias, entre as quais, a do Mercado da Praça da Figueira da Foz e a da Real Fábrica da Marinha Grande, além de se ter tornado num abastado proprietário.

Viria a tomar parte muito activa na vida política do País, sobretudo, depois do golpe de Estado de 19 de Maio de 1870, protagonizado pelo duque de Saldanha. É, então, chamado ao governo chefiado pelo velho marechal, para o lugar de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, que desempenhou entre 6 de Julho e 29 de Agosto de 1870.

Durante esse mandato, foi agraciado com o título de conde de Magalhães, em 24 de Maio de 1870, quando já era barão do mesmo nome, por Decreto de 13 de Maio de 1854.

Depois de se envolver nas tentativas de revolta planeadas pelo marquês de Angeja, seu íntimo amigo, e de haver pertencido ao grupo político de Vaz Preto, foi elevado à categoria de par do Reino, em 29 de Dezembro de 1892, de que tomou posse na sessão de 8 de Fevereiro de 1893 da respectiva câmara. Nesta fase, manteve-se afastado da vida política, limitando-se a assistir às sessões da Câmara dos Pares. Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, era grã-cruz da mesma e da Ordem de Carlos III, de Espanha.

ANTÓNIO DE SERPA PIMENTEL

António de Serpa Pimentel nasceu a 20 de Novembro de 1825, em Coimbra, vindo a falecer nos inícios de 1900. Era filho de Manuel de Serpa Machado e de Ana Rita Freire Pimentel. O pai era doutor e lente de Prima na Universidade de Coimbra, bibliotecário



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

e director da mesma Universidade, senador nas câmaras legislativas de 1838, deputado, par do Reino e proprietário, sendo descendente de uma família de morgados da comarca de Viseu, mais particularmente, da Quinta da Guarita. Estudou em Coimbra, onde cursou Matemática, tomando o grau de bacharel, e assentou praça como aspirante de Infantaria, em 4 de Março de 1842, sendo promovido a alferes, em 16 de Fevereiro de 1844, e a tenente, em 6 de Dezembro de 1848.

Depois da sua formatura, rumou a Lisboa para se matricular no curso de Engenharia na Escola do Exército, que não chegou a terminar, pois foi nomeado, em 1851, lente de Álgebra Superior e de Cálculo da Escola Politécnica. Ainda nesse ano, em 24 de Abril, foi promovido a capitão e, por proposta de Alexandre Herculano, nomeado sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Estreou-se na política através da escrita jornalística, colaborando na *Opinião*, com Alexandre Herculano e Andrade Corvo, bem como n' *O Paiz* e n' *O Jornal do Comércio*, e redigindo, com Latino Coelho, um pequeno jornal intitulado *O Pharol*.

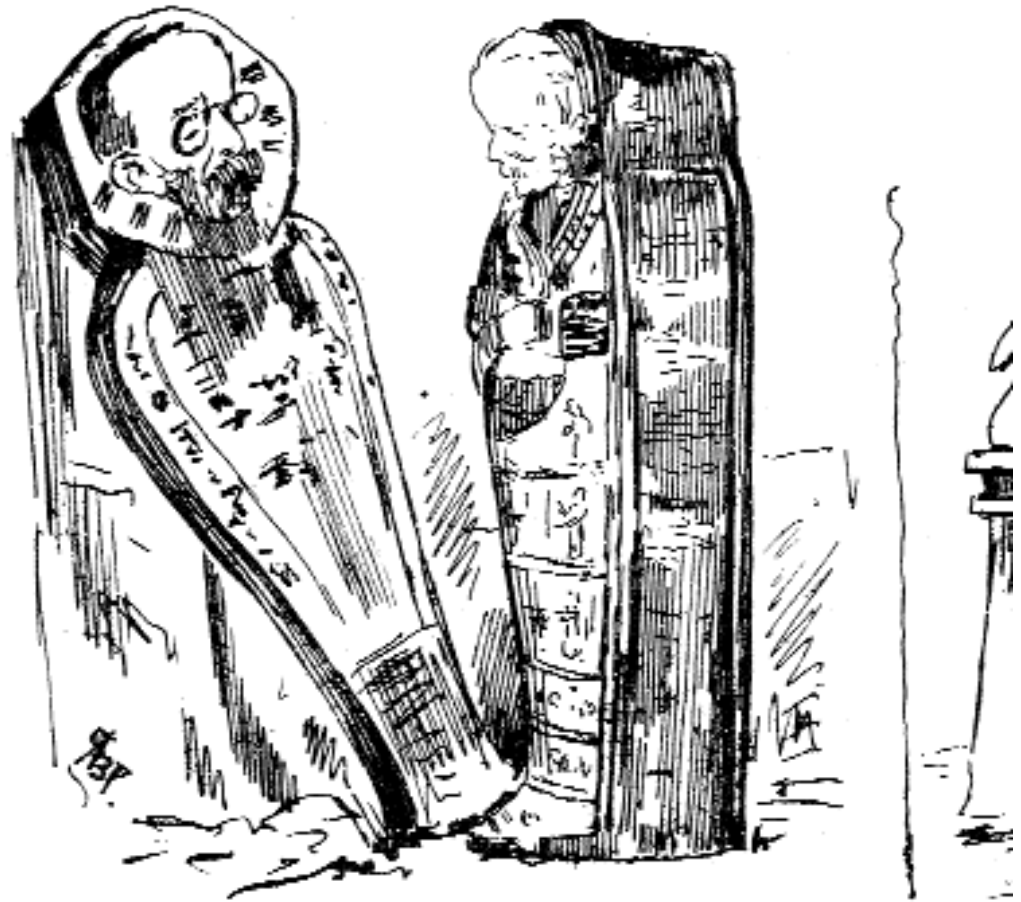
Na sua juventude, nutriu simpatia pelos ideais republicanos e socialistas, mas, depois do desaire de 1848, em França, convenceu-se da impossibilidade de fazer revoluções, passando a ser, durante o seu percurso político, um intérprete do "transformismo", isto é, a prática política de conciliar opiniões, por vezes antagónicas, através do sistema de concessões mútuas entre facções, em nome do progresso. Foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1856, pelo círculo de Oliveira de Azeméis. Em 1859, demitindo-se o ministério

liderado pelo duque de Loulé, contra cuja política financeira se havia manifestado em 1858, é convidado a integrar o governo emergente, presidido pelo duque da Terceira, no qual se encarrega da pasta das Obras Publicas, Comércio e Indústria, até 4 de Julho de 1860. Depois de ter sido eleito deputado por vários círculos e para sucessivas legislaturas, foi elevado

à dignidade de par do Reino por Carta Régia de 28 de Dezembro de 1871, de que tomou posse na respectiva câmara, na sessão de 12 de Janeiro de 1872.

Ainda neste ano, a 11 de Outubro, Fontes Pereira de Melo, presidente do Executivo, entregou-lhe a pasta dos Negócios da Fazenda, que dirigiu até 5 de Março de 1877,

COLECCÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO



AS MUMIAS

Prova-se que no partido regenerador o sr. Serpa é uma múmia tão bem conservada como o sr. Braamcamp.

quebrando-se, assim, de vez, a resistência que demonstrava em assumir funções governativas. Segundo Bulhão Pato, ao fim de servir cinco anos como ministro dos Negócios da Fazenda, descobriu com desgosto que "estava atrasado do movimento literário científico". Entretanto, a par da sua promoção a major e a tenente-coronel (em 10 de Setembro de 1873 e 4 de Outubro de 1876, respectivamente), foi nomeado conselheiro de Estado, em 21 de Janeiro de 1876.

No ministério organizado sob a presidência de António Rodrigues Sampaio, em 29 de Janeiro de 1878, regressou à pasta dos Negócios da Fazenda, da qual se encarregou até 1 de Junho de 1879, data em que, por ligações pouco claras entre si e o Banco Nacional Ultramarino, se verifica a queda de todo o Gabinete.

Alguns meses após a sua promoção ao posto de coronel (verificada em 26 de Janeiro de 1881), tornou a um gabinete presidido por Fontes Pereira de Melo, desta feita, ocupando-se da pasta dos Negócios Estrangeiros, entre 14 de Novembro e 24 de Outubro de 1883. Ainda neste ano, viria a ser nomeado delegado especial do Governo à Conferência de Berlim, para, em 12 de Agosto de 1886, se encarregar da presidência do Tribunal de Contas, quando já era conselheiro desta instituição, desde 1867.

Após a morte de Fontes Pereira de Melo, dividido o Partido Regenerador, passou a chefiar, em Julho de 1887, a ala maioritária e mais conservadora, antes de se unirem as duas facções.

Em 1890, nos tempos difíceis que se seguiram ao *Ultimatum* inglês, de 11 de Janeiro, foi encarregado de formar governo, assumindo a presidência do Conselho, bem como as pastas dos Negócios do Reino e da Guerra, mas, pouco

depois, quando se discutia o tratado com a Inglaterra, pediu a demissão colectiva do Ministério.

Ainda se deslocaria a Paris, em 1892, para tratar do convénio com os comités inglês, belga, alemão, francês e holandês, que assinou em 24 de Maio. A partir de então, o seu estado de saúde agrava-se e, em 1893, não sentindo já força suficiente para formar novo gabinete, delega essa tarefa em Hintze Ribeiro.

Conservando-se mais ou menos afastado da política, não deixou, porém, de ocupar o seu lugar na Câmara dos Pares, embora viesse a exercer pouca influência como chefe do Partido Regenerador nos últimos anos de vida.

De entre as várias condecorações e títulos nacionais que lhe foram oferecidos, aceitou apenas a Grã-Cruz da Torre e Espada, que andava associada ao desempenho das funções de chefe de Governo. Todavia, era grã-cruz das ordens da Legião de Honra (França), de São Maurício e São Lázaro (Itália), da Rosa (Brasil), da Estrela Polar (Suécia), de Santo Alexandre (Bulgária) e de Carlos III (Espanha).

Era, ainda, sócio correspondente da Real Academia das Ciências de Turim e da Academia Espanhola de Madrid.

Escritor, ensaísta e poeta, dedicava-se à leitura de livros de história, de memórias políticas, de revistas literárias e científicas e das últimas publicações dos escritores mais reputados.

HENRIQUE DE BARROS GOMES

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



Henrique de Barros Gomes nasceu em Lisboa, a 14 de Setembro de 1843, onde veio a falecer em 15 de Novembro de 1898.

Era filho de Bernardino António Gomes, médico da Real Câmara, e de Maria Leocádia Fernandes Tavares de Barros Gomes.

Matriculou-se aos 18 anos na Escola Politécnica, onde fez, com distinção, o curso preparatório para oficiais do Estado-Maior e de Engenharia Militar, assim como de Engenharia Civil, obtendo o primeiro prémio em cinco cadeiras e a qualificação para premiado em todas as outras do curso geral.

Iniciando a sua vida política aos 25 anos, foi eleito deputado, pelo círculo de Torres Novas, na legislatura que se iniciou em 4 de Maio

de 1869, durante a qual exerceu as funções de segundo-secretário da Mesa. Seria de novo eleito deputado para a legislatura seguinte, entre 1870 e 1871, pelo círculo de Santarém, havendo sobressaído, nessa primeira experiência parlamentar, pela forma como tratou a questão das contribuições de rendas de casas e sumptuária. Pouco depois, em 1874, enquanto director do Banco de Portugal, cargo que exercia desde 1873, contribuiu para o sucesso do empréstimo nacional português, acabando por ser reconduzido nessa função e na de vice-governador em anos sucessivos. Se, ainda em 1874, foi eleito vereador do pelouro dos Negócios da Fazenda da Câmara Municipal de Lisboa, dois anos mais tarde, enviado ao Funchal por ocasião da crise

COLEÇÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO





comercial que ameaçava a Madeira, desempenharia um importante papel na conciliação dos interesses do Banco de Portugal com os das casas de comércio.

Depois de, em 1876, aderir ao então criado Partido Progressista, foi eleito, em 1878, procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa.

No ano seguinte, chamado a formar governo o Partido Progressista, foi nomeado ministro dos Negócios da Fazenda, de que tomou posse em 1 de Junho de 1879, resignando, ao mesmo tempo, ao cargo de director do Banco de Portugal. À frente dessa pasta, que sobraçou até 25 de Março de 1881, empenhou-se em algumas reformas, como a da décima de juros e do imposto de selo, e criou a Caixa Económica Portuguesa.

Voltaria às funções governativas no governo presidido por José Luciano de Castro que se demitiu em bloco na sequência do *Ultimatum* inglês, no qual assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros (entre 20 de Fevereiro de 1886 e 14 de Janeiro 1890), a pasta da Marinha (entre 9 de Maio e 15 de Setembro de 1887) e, interinamente, a pasta dos Negócios da Fazenda (entre 23 de Fevereiro e 9 de Novembro de 1889).

Entretanto, por Carta Régia de 31 de Março de 1887, havia sido elevado à dignidade de par do Reino, de que tomou posse na sessão da respectiva câmara de 18 de Abril do mesmo ano. De regresso a um executivo chefiado por José Luciano de Castro, foi nomeado ministro da Marinha em 5 de Fevereiro de 1897 e ministro dos Negócios Estrangeiros em 9 de Novembro do mesmo ano, depois de ter exercido esta pasta interinamente, desde 7 de Fevereiro de 1897, abandonando essas funções devido a doença, que o vitimaria pouco depois.

O EMPRESTIMO DOS 15:000 CONTOS

Louvaria do Estado



— Os fregueses acham as luvas pequenas.
— Pequenas! Querem-as ainda maiores do que a minha medida?! Quantos contos é que calça então quem empresta?...
— Quem empresta calça tudo. Quem pede emprestado descalça outro tanto.

Sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, foi autor de diversos escritos, com destaque para *A Astronomia Moderna e a Questão das Parallaxes Sideraes*, que lhe serviu de diploma de admissão à Academia Real das Ciências.

Era grã-cruz das ordens de Cristo, de Leopoldo da Bélgica, de Pio IX, da Rosa (Brasil), de Carlos III (Espanha), de São Gregório Magno, de Mérito Naval (Espanha), do Sol Nascente (Japão), da Coroa Real (Itália), da Legião de Honra (França), da Estrela Polar (Suécia), da Águia Vermelha (Prússia), da Águia Branca (Rússia) e de São Maurício e São Lázaro (Itália).



Enquanto o Sr. ministro da Fazenda, para mostrar aos povos que é uma boa moeda, rapa as barbas e põe-las de molho.

O ESTADO DA FAZENDA PUBLICA

Relatorio do sr. ministro



— O patriotismo exige que o país se dispça um pouco mais...

— Mais do que isto?

— Sim, exige-o o patriotismo!

LOPO VAZ DE SAMPAIO E MELO

Lopo Vaz de Sampaio e Melo nasceu a 29 de Setembro de 1848, no concelho de Sabrosa, e veio a falecer em 20 de Março de 1892. Descendia da casa de Espinhola, família do antigo governador da Índia Lopo Vaz de Sampaio. Terminando a licenciatura em Direito, prosseguiu



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

os estudos para obter o grau de doutor, que, no entanto, viria a interromper por ter sido eleito deputado na legislatura de 1870, pelo Partido Reformista. Quando foi reeleito em 1877, por via de uma eleição suplementar, já fazia parte das fileiras do Partido Regenerador.

Nomeado director-geral da Instrução Pública em Setembro de 1878, exerceu esse cargo por pouco tempo, porque, em Novembro do mesmo ano, passou para a Direcção-Geral das Alfândegas e Contribuições Directas.

Em 1880, foi alvo de uma grave doença e, aconselhado a experimentar a medicina estrangeira, visitou a França, a Bélgica e a Inglaterra, onde recolheu novos conhecimentos sobre as práticas destes países em todos os assuntos que se podiam relacionar com a sua posição burocrática. Quando, em 25 de Março de 1881, António Rodrigues Sampaio foi chamado a constituir gabinete, convidou-o para ministro dos Negócios da Fazenda, após a recusa de Fontes Pereira de Melo. À frente dessa pasta, que sobraçou até 11 de Novembro de 1881, apoiou, com subsídios, um grupo de bancos do Porto a construir a linha férrea de Barca de Alva a Salamanca, sob o pretexto de obviar aos prejuízos que a linha da Beira Alta podia causar à cidade nortenha, ao desviar o tráfego para a Figueira da Foz. Procedeu, ainda, à reforma da Contabilidade Pública, pela Carta de Lei de 25 de Junho, cujo legado se prolongou pelo século XX.

Regressou às funções ministeriais em 24 de Outubro de 1883, após uma reestruturação que colocou na liderança do executivo Fontes Pereira de Melo. Abraçando, então, a pasta da Justiça,

procedeu à reforma do Código Penal, antes de sair por ocasião da demissão do chefe do Governo, em 12 de Fevereiro de 1886. Após a morte inesperada de Fontes Pereira de Melo, em 1887, assume um papel preponderante na vida interna do Partido Regenerador, ao ponto de recair em si a escolha daquele que viria a ser o novo líder, António de Serpa Pimentel.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Na sequência do *Ultimatum* inglês, de 11 de Janeiro de 1890, que levou à demissão do governo progressista e à subida ao poder do Partido Regenerador, voltou a assumir a pasta da Justiça, num período especialmente atribulado, a que respondeu com medidas de repressão. É disso expressão a reforma da Lei da Imprensa, decretando-se a suspensão dos jornais em caso de abuso e a supressão por reincidência, e a firmeza com que tentou conter o povo de Lisboa e Porto, o que lhe motivou os mais veementes protestos, sem lograr obter os resultados desejados. A sua demissão – como, de resto, de todo o gabinete – viria a ocorrer em Setembro seguinte, motivada pela promulgação de um acordo com a Inglaterra. No entanto, voltou às responsabilidades governativas em Maio de 1891, como ministro dos Negócios do Reino e da Instrução Pública do executivo extrapartidário chefiado pelo general João Crisóstomo, mas logo se viu privado do exercício das suas funções devido a problemas de saúde, facto que o levou a ausentar-se da capital para tratamentos. Quando retomou as pastas de que havia sido incumbido, pouco tempo restaria até à queda do governo, que durou apenas sete meses. Pelo meio, o seu estado de saúde agravara-se, sobrevivendo por pouco tempo ao fim da sua última experiência governativa. Foi, também, vogal do Supremo Tribunal Administrativo e par do Reino.

ERNESTO RODOLFO HINTZE RIBEIRO

Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro nasceu em Ponta Delgada, a 7 de Novembro de 1849, e veio a falecer em Lisboa, a 1 de Agosto de 1907. Filho de Manuel José Ribeiro, fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

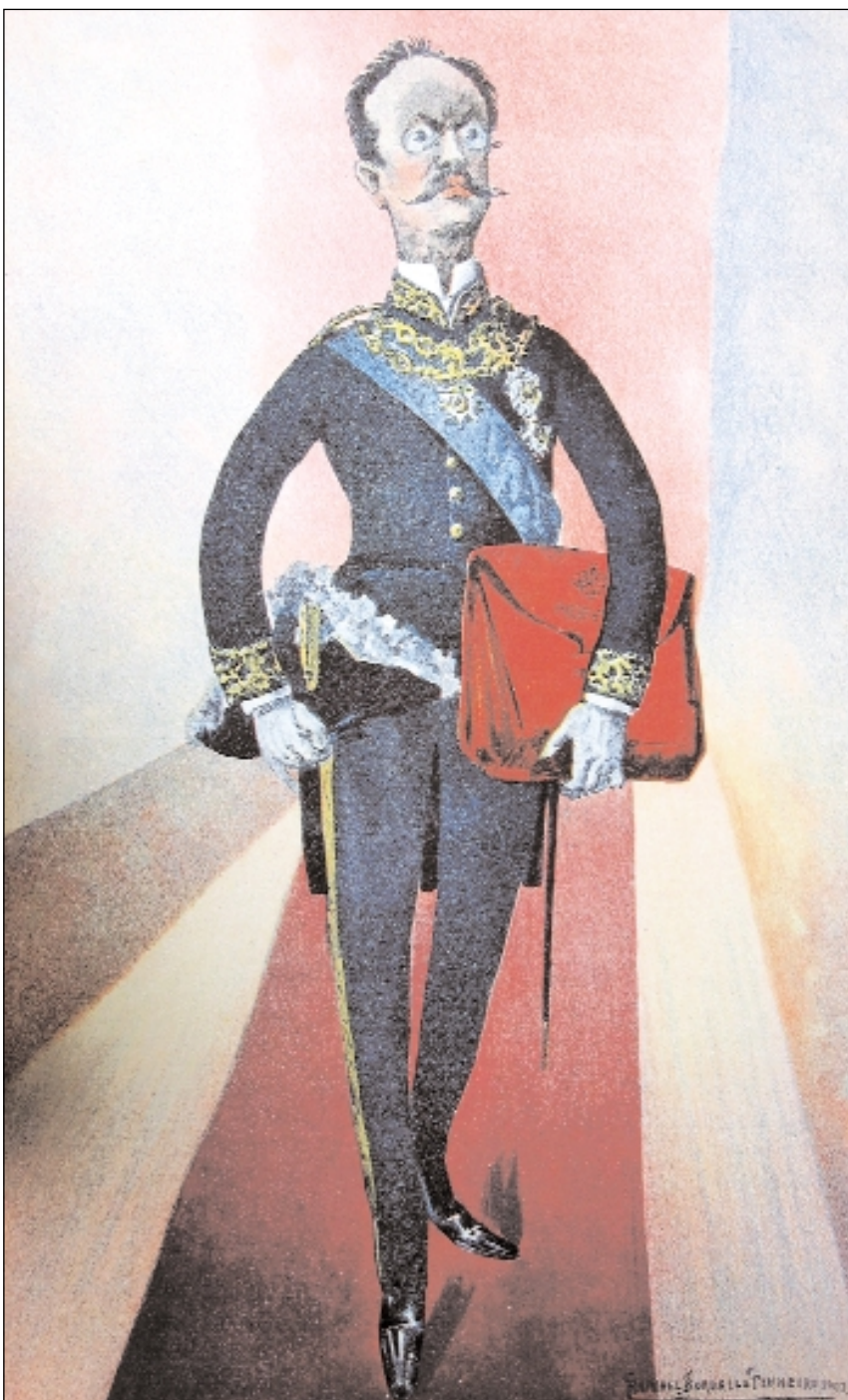
e vice-cônsul do Império do Brasil, e de Emília Carolina Hintze, doutorou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1872.

Até 1877, desenvolveu a sua actividade profissional como advogado em Ponta Delgada, altura em que partiu para Lisboa, com o intuito de continuar a exercê-la.

Filiou-se no Partido Regenerador e, logo em 1878, foi eleito deputado pelo círculo da Ribeira Grande, São Miguel. Volta a ter assento parlamentar quando o Partido Regenerador se encontra na oposição, altura em que apresenta diversos projectos-lei.

Em 1881, regressado ao poder o Partido Regenerador, o chefe do Governo, António Rodrigues Sampaio, confia-lhe, a 26 de Março, a pasta das Obras Públicas, que continuou a dirigir mesmo depois da remodelação de gabinete que levou Fontes Pereira de Melo à presidência do Conselho, acumulando, entre 21 e 31 de Maio e entre 1 e 25 de Setembro de 1883, a título interino, a pasta dos Negócios Estrangeiros. Desse governo, deixou de ser ministro efectivo das Obras Públicas em 24 de Outubro de 1883 (para se encarregar provisoriamente dessa pasta até 3 de Dezembro de 1883) e foi nomeado ministro dos Negócios da Fazenda, cargo que ocupou até 20 de Fevereiro de 1886. Destacou-se, então, pelo estabelecimento da Administração-Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas e sua organização.

Em Fevereiro de 1890, volta a ocupar o lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros, no governo presidido por António Serpa Pimentel, que sucedeu ao *Ultimatum*.



No ano seguinte, em 18 de Dezembro, foi nomeado conselheiro de Estado efectivo e, em Fevereiro de 1893, sob a indicação de Serpa Pimentel, passa a ocupar o cargo de presidente do Conselho, momento em que se encarrega, uma vez mais, da pasta dos Negócios Estrangeiros. Viria a acumular a pasta das Finanças a partir de 20 de Dezembro de 1893, conservando-se no poder até 17 de Fevereiro de 1897. Após o falecimento de Serpa Pimentel, ocorrida em Março de 1900, foi oficialmente reconhecido como chefe do Partido Regenerador. Nesse ano, voltou ao governo em 21 de Junho, como presidente do Conselho e ministro dos Negócios do Reino, onde se manteve até Outubro de 1904. Quando regressar ao poder, em Abril de 1906, assumirá novamente as funções de presidente do Conselho e ministro dos Negócios do Reino, embora apenas por cinquenta e sete dias, não sobrevivendo o Governo à polémica questão dos tabacos. Era grã-cruz das ordens da Torre e Espada, da Legião de Honra e dos Serafins, detendo, também, a do Tosão de Ouro. Entre a sua numerosa obra que produziu, destacam-se os títulos *A Teoria e a Legislação do Recâmbio* (1870), *Os Fideicomissos no Direito Civil Moderno*, *Comentários aos Artigos 1886º a 1874º do Código Civil Português* (1872), *O Caso Julgado, em Face do Direito Português e da Filosofia do Direito* (1872), *A Reforma da Legislação Comercial* (1877), *A Questão de Salamanca* (1882), *Reorganização dos Serviços das Alfândegas* (1885), *A Questão da Fazenda* (1888) e *Questões Parlamentares* (1888).

CAPELLA REAL LEGISLATIVA

O sermão do sr. Hintze Ribeiro, o «Homem que não ri»



MARIANO CIRILO DE CARVALHO

Mariano Cirilo de Carvalho nasceu na Abridada, concelho de Alenquer, a 25 de Junho de 1836, e veio a falecer em Cascais, a 19 de Outubro de 1905.

Por desígnio do pai, médico famoso nas Caldas da Rainha, matriculou-se, em 1850, no curso de



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Farmácia da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que terminou com distinção aos 18 anos.

Pouco tempo depois de começar a praticar numa farmácia, optou por ingressar na Escola Politécnica, para cursar e concluir com êxito o curso de Matemática.

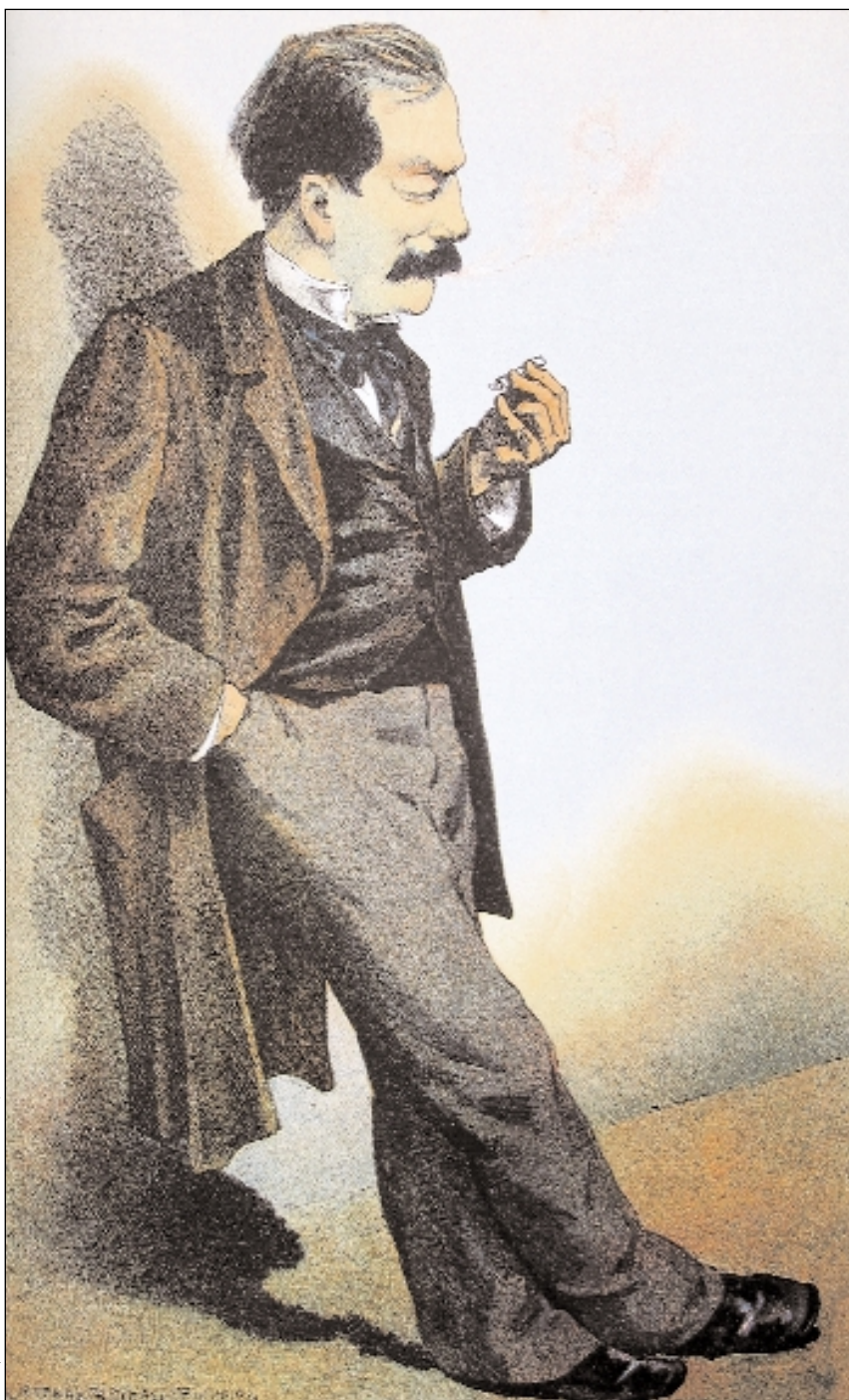
Transitou, entretanto, para a Escola do Exército, aí se encontrando a cursar as cadeiras complementares para engenharia militar quando alcançou o lugar de repetidor, por concurso.

Prosseguiu a carreira de docente na Escola Politécnica, onde, depois de ser nomeado, por Decreto de 22 de Abril de 1866, lente substituto das cadeiras de Matemática e de ser promovido, em 1877, à propriedade da primeira cadeira, chegou, finalmente, à categoria de professor jubilado.

Em 1864, havia iniciado a sua vida jornalística pela escrita de artigos na *Gazeta de Portugal*, vindo, mais tarde, a fundar vários periódicos, como o *Notícias*, as *Novidades*, o *Correio Português* e, por fim, o *Diário Popular*, que, publicado durante décadas, contou com grande popularidade, devido ao vigor dos artigos e à violência das controvérsias.

Filiado, inicialmente, no Partido Reformista e, a partir de 1876, no Partido Progressista, foi eleito deputado, pela primeira vez, em 31 de Março de 1870, pela Chamusca, círculo que o reelegeria para as legislaturas de 1870-1871, 1871-1874 e 1878-1879. Voltaria a ter assento parlamentar em 1879-1880, pelo círculo do Porto, em 1881-1884, pelo círculo de Timor, e em 1884, pelo círculo do Cartaxo.

Estreou-se nas funções governativas em 20 de Fevereiro de 1886, altura em que assumiu



a pasta dos Negócios da Fazenda no executivo de José Luciano de Castro, que exerceu até 23 de Dezembro de 1889.

Uma das suas velhas ambições era a restauração do monopólio do tabaco por parte do Estado, mas, no seu primeiro mandato, o máximo que obteve foi a administração pelo Estado das fábricas de tabaco, sem conseguir licença parlamentar para pôr em praça a concessão do monopólio. As dificuldades que então encontrou na administração financeira do Estado ficaram bem patentes numa carta escrita a José Luciano de Castro, em 1 de Junho de 1888, onde confia que, para liquidação imediata, tinha 2800 contos da despesa ordinária dos ministérios, 3300 contos do cupão da dívida interna e 3200 contos do da dívida externa. Logo que eu saiba, peço ao Dr. Pinho da Cruz para lhe remeter a informação. O que não pudesse liquidar com o crédito do Estado no Banco de Portugal iria desaguar na dívida flutuante, que esperava ver ascender aos 23 867 contos no fim desse ano. Como não podia contrair mais empréstimos sem pôr o crédito do Estado em risco e como se afigurava imprudente esgotar as contas-correntes do Estado nos bancos ingleses e franceses, o único recurso encontrado foi o de criar negócios cuja concessão pudesse vender a companhias privadas, esperando, dessa maneira, obter seis mil contos com os contratos das obras do portode Leixões e do caminho de ferro do Sul e Sueste. Nesse primeiro mandato, destacou-se ainda por ajudar um grupo português a tomar conta da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro, empenhando-se o Governo em fazer campanha contra a administração estrangeira, liderada por Henry de Burnay. Em 1889, representou o Governo de Portugal na Exposição Universal de Paris, como fiscal das



Estava o Marianno sentado ao borrarlio

associações nacionais participantes, além de ter integrado uma viagem de estudo às colónias, sobre a qual, após o seu regresso em 10 de Dezembro de 1890, apresentou ao Governo vários relatórios, onde deu conta do desempenho da comissão que havia assumido.

Por Diploma de 21 de Maio de 1891, foi nomeado ministro dos Negócios da Fazenda do segundo governo de João Crisóstomo, mas só assumiria a pasta em 9 de Junho, conservando-a até 17 de Janeiro de 1892. Responsabilizou-se, igualmente, pela pasta dos Negócios do Reino, que exerceu, interinamente, entre 27 de Julho e 14 de Novembro de 1891.

Durante o seu segundo mandato no Ministério dos Negócios da Fazenda, teve de fazer face à dívida da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, não apenas em nome desta, mas, sobretudo, para manter incólume o crédito do Estado, pois este era devedor da companhia, por esta lhe ter garantido um subsídio de 1200 contos. Foi, então, ajudado pelo Governo francês na angariação de dinheiro junto dos banqueiros parisienses, exigindo-lhe estes que avalizasse a Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro, mas a ameaça de *crash* da Bolsa de Paris, no Outono de 1891, estragou os planos para uma pacífica consolidação da dívida e para mais um empréstimo. Em Janeiro de 1892, quando rebenta um escândalo sobre o esquema de subsídios, auxílios e garantias prestados pelo Estado às empresas privadas, caiu em desgraça política, responsabilizado que foi no Parlamento pelo chefe do Governo, João Crisóstomo, a propósito dos subsídios concedidos à Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro. Aliás, a desconfiança instalada era tal que, pouco depois, era chamado a depor num caso que envolvia

indivíduos acusados de falsificarem notas do Banco de Portugal.

Entre os seus mandatos de ministro dos Negócios da Fazenda, esteve envolvido no processo de adjudicação do monopólio estatal do tabaco, em 2 de Fevereiro de 1891, havendo sido encarregado pelo ministro dos Negócios da Fazenda de então, Augusto José da Cunha, de ir negociar a Paris com o banco *Crédit Lyonnais*. A proposta que negociou seria, contudo, sobrepujada pela do conde de Burnay, que garantiu o empréstimo de três milhões de libras ao Estado, com a condição de ficar com o monopólio do tabaco.

À frente do Ministério dos Negócios da Fazenda, foram inúmeros os relatórios e propostas que ofereceu à Câmara dos Deputados, com destaque para a proposta de unificação da moeda açoriana com a moeda de Portugal continental, apresentada em 1887 e 1891.

Teve um papel decisivo no desenvolvimento de Cascais, pois a ele se atribui a construção da via-férrea entre a capital e aquela localidade, para a qual idealizou, ainda, um porto franco e um outro troço ferroviário, que faria a ligação a Colares junto à costa.

Além dos seus trabalhos parlamentares e jornalísticos, traduziu Júlio Verne e outras obras, entre elas, uma peça de teatro, do género cómico, que foi levada à cena com muito êxito, no Teatro do Gymnasio.

Membro do Conselho de Sua Majestade e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, foi condecorado com algumas ordens estrangeiras e pertenceu a várias corporações científicas, comerciais e populares.

AUGUSTO JOSÉ DA CUNHA

Augusto José da Cunha nasceu a 1 de Abril de 1834, em Lisboa, e veio a falecer a 24 de Junho de 1919.

Era filho de Gregório José da Cunha e de Libânia da Encarnação da Cunha.

Depois de completar os cursos da Escola Politécnica e da Escola do Exército, torna-se lente de Mecânica e de Topografia do Instituto Nacional de Agricultura e Veterinária – do qual vem, também, a ser director – e lente da 2.ª cadeira da Escola Politécnica, para que foi nomeado em Dezembro de 1856, em virtude de concurso. Na docência, destacou-se, ainda, por ter sido um dos professores do rei D. Carlos. Director e vice-governador do Banco de Portugal, é, porém, à frente da Casa da Moeda que, em 1880, ganha destaque, por promover o desenvolvimento das oficinas de cunhagem e de

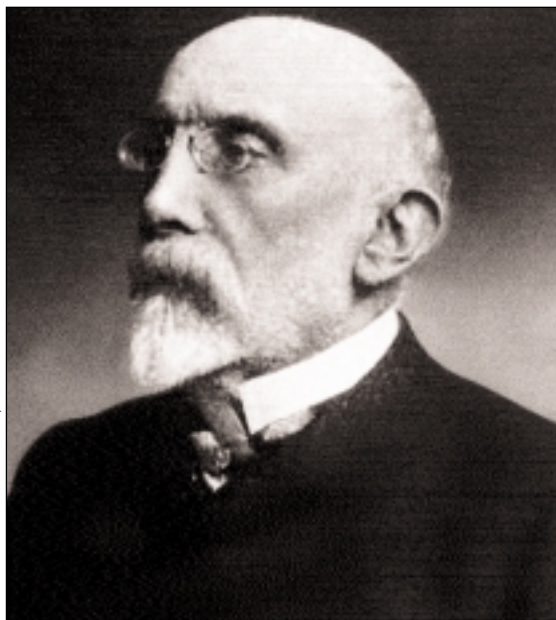
impressão, a reforma do edifício e a realização de outros melhoramentos. Entrou na política nas fileiras do Partido Progressista, sendo chamado pela primeira vez ao governo em 12 de Novembro de 1889, no ministério presidido por José Luciano de Castro, para se encarregar da pasta dos Negócios da Fazenda, que vagara com a saída de

Mariano de Carvalho. Embora este gabinete se demitisse em 11 de Janeiro de 1890, na sequência do *Ultimatum* inglês, viria a regressar, em Novembro seguinte, à chefia do Ministério dos Negócios da Fazenda, como membro do executivo organizado pelo general João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Num contexto de escassez de metal e de quebra dos câmbios, em que se recorreu ao papel moeda, o Governo, não descortinando um meio de garantir o ouro necessário para pagar o cupão da dívida externa, a vencer em Julho de 1891, e face ao cenário muito provável de bancarrota, acabaria por se demitir em meados de Maio desse ano. Voltaria ao exercício de funções governativas num gabinete presidido, uma vez mais, por José Luciano de Castro, em 7 de Fevereiro de 1897, desta feita, como ministro das Obras Públicas, permanecendo no cargo até Agosto de 1898, altura em que foi substituído numa remodelação ministerial.

Ao nível parlamentar, além de ter tido assento na Câmara dos Deputados, foi eleito para a Câmara dos Pares pelos colégios científicos e vitalício, em 1887, tornando-se seu presidente em 1905. Pertenceu, ainda, ao Conselho de Sua Majestade.

Não se conformando com a orientação seguida pelo seus amigos políticos, separou-se deles em 1907, inscrevendo-se no Partido Republicano Português, acontecimento que foi festejado pela imprensa democrática da época.

Escreveu diversos manuais para o ensino secundário, aprovados e adoptados nos liceus do Reino e em muitos colégios particulares.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

JOÃO FRANCO FERREIRA PINTO DE CASTELO-BRANCO



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

João Franco Ferreira Pinto de Castelo-Branco nasceu em Alcaide, Fundão, em 14 de Fevereiro de 1855, e veio a falecer em Abril de 1929.

Era filho de Frederico Carlos Ferreira Franco e Freire, fidalgo da Casa Real e administrador do concelho do Fundão, e de Luísa Henriqueta Pinto Correia da Costa Castelo-Branco.

Formado, em 1875, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entrou na carreira da administração pública, onde desempenhou diferentes cargos.

Entre os anos de 1877 e 1885, foi delegado do procurador régio nas comarcas de Sátão, Baião e Alcobaça, passando, depois, ao 2.º distrito criminal de Lisboa. Daqui, acedeu ao lugar de chefe de serviço na Administração-Geral das Alfândegas, entre Outubro de 1885 e Novembro de 1886. Neste ano, desempenhou, ainda, os cargos de administrador-geral das Alfândegas, a título interino, e de auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal Aduaneiro. Entrou no mundo da política pela mão de Manuel Vaz Preto, influente local beirão, que o ligou ao Partido Regenerador. Eleito deputado, pela primeira vez, em 1884, por Guimarães, optou pelo exercício das funções governativas, em detrimento da magistratura judicial. No parlamento, entre 1886 e 1890, revelou-se o elemento mais combativo da minoria regeneradora, quando o Partido Progressista se mantinha no poder. Indigitado ministro dos Negócios da Fazenda do governo formado em 14 de Janeiro de 1890, desempenhou o cargo até 13 de Outubro de 1890, altura em que o gabinete caiu em bloco. Finda essa experiência, em que iniciou o processo de adjudicação do tabaco do Estado, publicou um relatório com a

intenção de contar toda a verdade sobre os acontecimentos entretanto decorridos.

Em 1891, regressou ao governo, de João Crisóstomo de Abreu e Sousa, para se ocupar da pasta das Obras Públicas, entre 21 de Maio de 1891 e 14 de Janeiro de 1892. Partilhou a chefia do governo com Hintze Ribeiro entre 22 de Novembro de 1893 e 7 de Fevereiro de 1897, período em que exerceu o cargo de ministro dos Negócios do Reino. Intentou, então, destruir as bases sociais da lógica rotativista, através da mudança das leis eleitorais, e reformar a administração local.

Iniciando uma cisão em 1901, dissidiu dois anos depois do, até então, seu partido, criando o Centro Regenerador Liberal.



COLEÇÃO JOÃO MELO FRANCO



COLEÇÃO PEDRO TAVERA LEITE PEREIRA

Em 17 de Maio de 1906, formou governo e acumulou, com a presidência do Ministério, a pasta dos Negócios do Reino. Afirma, então, querer *governar à inglesa*, prometendo o aprofundamento da democracia e a concretização do programa “Vida Nova”, proposto por Oliveira Martins e António Cândido havia cerca de vinte anos. Dirimida a questão dos tabacos com o novo contrato de concessão de Outubro de 1906, dedicou-se à implantação das suas reformas, apresentando ao parlamento as da contabilidade pública, da responsabilidade ministerial, da repressão anarquista e da liberdade de imprensa, que, curiosamente, ficou conhecida pela “lei contra a imprensa”. Na sessão parlamentar de 20 de Novembro de 1906, protagonizou a expulsão violenta do hemiciclo dos deputados republicanos Afonso Costa e Alexandre Braga. Face à greve académica na Universidade de Coimbra e à crescente agitação social, os progressistas retiram-lhe o apoio parlamentar e os ministros do Partido Progressista demitem-se. Ao contrário do que prometera no ano anterior, em vez de *governar à inglesa*, decreta o encerramento da sessão legislativa, com o fundamento de ter já durado o prazo constitucional mínimo, pelo que passa a governar em ditadura. Perante a gradual agitação social, de que são exemplo as intentonas republicanas para o derrubar e o próprio Regicídio, é responsabilizado pelo extremar de posições e pela falta de segurança pública, ao que reage com a sua demissão. Poucos dias depois da sua saída do Governo, parte para o estrangeiro, episódio que simboliza o afastamento definitivo da vida política portuguesa. Era conselheiro de Sua Majestade e conselheiro de Estado, bem como grã-cruz e comendador da Ordem da Torre e Espada.

JOSÉ EDUARDO DE MELO GOUVEIA

José Eduardo de Melo Gouveia nasceu em Coimbra, a 12 de Dezembro de 1815, e veio a falecer em Lisboa, a 15 de Dezembro de 1893. Era filho de José Eduardo de Melo Gouveia e de Maria Fortunata de Melo Gouveia.

Foi perseguido e preso, ainda muito novo, pelo governo do infante D. Miguel, pelo facto do seu pai se assumir, notoriamente, como liberal.

Bacharel formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, começou a sua carreira pública em 1845, como oficial-maior do Governo Civil de Coimbra, donde transitou para o lugar de secretário-geral de Vila Real e, daqui, para o de administrador-geral das Matas Nacionais.

Continuando a carreira administrativa, veio a exercer o cargo de governador civil dos distritos de Coimbra, Vila Real, Leiria, Viana do Castelo e Viseu, além de ter sido nomeado para essas funções no distrito do Porto, em 1870, de que não chegaria, contudo, a tomar posse, por ter sido convidado a integrar o governo.

Filiou-se no Partido Histórico, liderado pelo duque de Ávila, sendo eleito deputado em diversas legislaturas, a primeira das quais, em 1848.

Foi nomeado ministro, pela primeira vez, em 29 de Outubro de 1870, encarregando-se da pasta da Marinha e Ultramar no governo chefiado pelo duque de Ávila, até 13 de Setembro de 1871. Durante esse mandato, acumulou, a título provisório, a pasta da Justiça, entre 30 de Janeiro e 1 de Março de 1871. Quando, nos inícios de Março de 1877, o governo de Fontes Pereira de Melo se demite e António José de Ávila é chamado a formar governo, é novamente convidado a sobraçar a pasta da Marinha e Ultramar, que exercerá até à demissão da totalidade do Ministério, em 29 de Janeiro de 1878. Nesse período, patrocinou a expedição a África de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, além de ter substituído o titular da pasta dos Negócios da Fazenda, Carlos Bento da Silva, desde 10 de Setembro de 1877.

Em 14 de Novembro de 1881, quando exercia a chefia de uma repartição do Ministério das Obras Públicas e já era par do Reino (desde 8 de Janeiro de 1880), voltou, pela terceira e última vez, ao lugar de ministro da Marinha e Ultramar, depois de ter sido convidado por Fontes Pereira de Melo, chefe do Governo, mantendo-se nessas funções até 30 de Janeiro de 1883.

Participaria, pela última vez, numa equipa governativa entre 13 de Outubro e 24 de Novembro de 1890, como ministro dos Negócios da Fazenda do governo presidido pelo general João Crisóstomo e Sousa. Foi, ainda, vogal do Supremo Tribunal Administrativo.



FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA MELO GOUVEIA

O seraphim Antonio José, anjo de Bolama de primeira classe,
em virtude d'um recente decreto do rei da Suécia



As lóas que o partido dirige ao seu anjo :

Diz o Barros e Cunha :

Bemdito e louvado seja
O seraphim, sol luzente,
Da Companhia do Crédito
O conspicio presidente.

Diz o bailio de Malta :

Bemdito e louvado o anjo,
Das ilhas, dizem as lendas,
Que dos anjos é patrono,
E patrona de commendas.

Diz o senhor Mello Gouveia :

E' elle a açucena pura,
Casta flor immaculada,
Que não cabe do ministério
Sem rebolar pela escada.

JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS

Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa, a 30 de Abril de 1845, e aí veio a falecer a 24 de Agosto de 1894.

Era filho de Francisco Cândido Gonçalves Martins, oficial da Junta do Crédito Público, e de Maria Henriqueta Morais de Oliveira.



O seu avô materno, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, foi desembargador, membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (1820-1821) e ministro de D. João VI.

Um seu sobrinho-bisneto, Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, viria a ser ministro das Finanças entre 2001 e 2002.

Por morte do seu pai, em 1857, vendo-se a família numa situação económica precária, foi obrigado a abandonar o liceu nacional e a procurar ocupação para angariar meios de subsistência, passando a exercer diversos empregos na área do comércio e da indústria. Em 1870, em resultado da falência da empresa em que trabalhava, emigrou para Espanha, onde exerceu o cargo de administrador das minas de Santa Eufemia, em Córdova, exploradas desde há um ano por uma empresa portuguesa, a Companhia de Minas – Fundação de Chumbo de Santa Eufémia. Devido, em boa parte, ao contacto com a dura realidade da vida dos mineiros, escreve, em 1872, *O Socialismo*, obra onde evoca o socialismo utópico de Proudhon. Antes, em 1871, fora um dos promotores das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, ao lado de Antero de Quental e Eça de Queirós, organizadas com o intuito de criar um espaço onde as ideias mais recentes pudessem ser debatidas e, assim, aproximar o País da Europa. Regressa a Portugal em 1874, fixando residência no Porto, onde garante o lugar de director no âmbito da conclusão e posterior exploração da linha férrea do Porto à Póvoa de Varzim e Famalicão.

Em 1878, participou num concurso aberto pela Academia Real das Ciências de Lisboa,

O Portugal Contemporaneo



COLEÇÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO



com a memória intitulada *Circulação Fiduciária*, que lhe valeu a medalha de ouro e o título de sócio correspondente da mesma academia. É neste período que faz a sua primeira tentativa de participação político-partidária, quando, não conseguindo ser integrado nas listas do Partido Regenerador por recusa de Fontes Pereira de Melo, concorre às eleições de 1878 e 1879 pelo Partido Socialista, em que logrou obter 37 e 40 votos, respectivamente. É, sim, eleito presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto em 1880, cargo de que se demitiu dois anos depois, sendo-lhe conferido o título de presidente honorário.



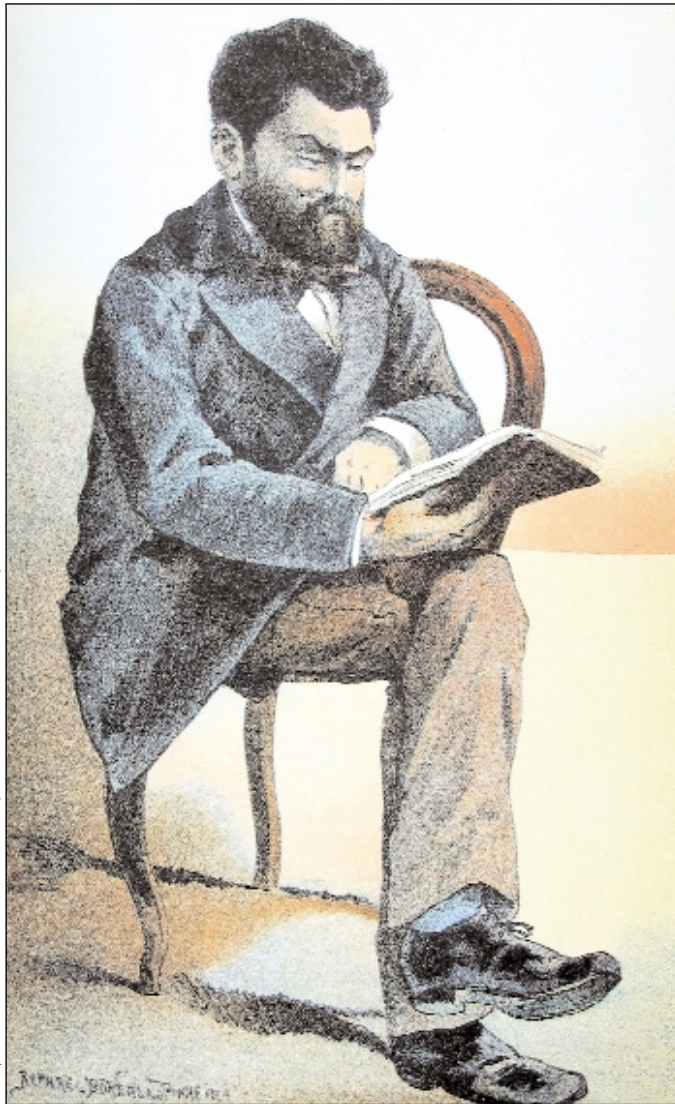
Em 1884, foi nomeado membro da direcção do Museu Industrial e Comercial do Porto e, de acordo com as suas preocupações sociais, torna-se vogal da comissão encarregada de propor ao Governo medidas para melhorar a situação das classes operárias. Elemento preponderante do grupo dos Vencidos da Vida e dinamizador da Geração de 70, as suas ideias avançadas afastaram-no durante algum tempo dos partidos monárquicos, até que, em 1885, se filia no Partido Progressista, no seio do qual se propunha dinamizar a chamada "Vida Nova". Em nome deste intuito, publicou o livro *Política e Economia Nacional*, que esperava ver constituído no novo programa do Partido Progressista.

Estreou-se nas lides parlamentares em 1886, pelo círculo de Viana do Castelo. No ano seguinte, regressa ao hemiciclo, sufragado pelo círculo do Porto, sendo sucessivamente reeleito até 1894.

Em 1888, já em Lisboa, funda a Companhia de Moçambique e dirige o jornal *O Repórter*, desde 1887, no qual tece duras críticas à classe política e anuncia o fim do regime parlamentar. É durante este período que, constatando a ineficácia do sistema político em vigor, intensifica a defesa de uma governação directa, que não fosse tolhida pela "burocracia e pelo campanário", cuja prossecução podia ser acometida ao próprio rei. Na tentativa de conter essa tendência, o ministro dos Negócios da Fazenda de então, Mariano Cirilo de Carvalho, nomeia-o, em 1889, administrador da *régie* dos Tabacos, lugar que ocupa durante dois anos.

Nos tempos seguintes, recusou o convite que lhe foi dirigido pelo novo rei, D. Carlos, para se ocupar da pasta dos Negócios da Fazenda,

mas representaria, ainda assim, o Governo em diversas conferências internacionais, facto que lhe valeu a Grã-Cruz do Mérito Nacional. Finalmente, em 17 de Janeiro de 1892, integrou o governo chefiado por José Dias Ferreira, como titular da pasta do Negócios da Fazenda, que dirigiu até 27 de Maio seguinte, data em



COLECCÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO

que se demitiu por divergências com o presidente do Conselho, nomeadamente, no que toca às negociações da redução da dívida externa. Numa conjuntura de crise financeira, encarou esse mandato como uma oportunidade de realizar o equilíbrio orçamental, para cujo efeito, logo no mês em que tomou posse, cortou o subsídio ao Teatro de São Carlos, suspendeu as admissões na função pública, aboliu as gratificações no serviço do Estado, aumentou os impostos sobre os juros da dívida pública e os ordenados dos funcionários e pôs em funcionamento a pauta alfandegária, na qual tinha vindo a trabalhar como membro da Comissão dos Negócios da Fazenda da Câmara dos Deputados.

Partiu, de seguida, para Londres, de onde haveria de regressar ainda em 1892, por ter sido eleito deputado.

No ano seguinte, foi eleito pela Câmara dos Deputados vice-presidente da Junta do Crédito Público, passando, a partir de então, a dedicar mais tempo aos assuntos literários.

É autor de uma extensa bibliografia, onde se incluem títulos sobre economia, história, literatura, antropologia, etc.

Era sócio da Real Academia de Espanha, do Instituto de Coimbra e de diversas sociedades científicas nacionais e estrangeiras.

AUGUSTO MARIA FUSCHINI

Augusto Maria Fuschini nasceu em 1843, em Lisboa, e veio a falecer a 8 de Março de 1911.

Era filho de António (ou Augusto) Maria Eduardo Fuschini e de Maria Isabel Joyce.

Foi um dos estudantes de Matemática mais premiados do seu tempo, na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de bacharel nessa ciência e seguiu, depois, o curso de Engenharia Civil.

Exerceu as funções de engenheiro distrital e de chefe de serviço da Companhia Real



COLEÇÃO ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA

dos Caminhos-de-Ferro, além de ter sido membro da Comissão de Melhoramentos Públicos, a que várias vezes presidiu, e do Conselho dos Monumentos Nacionais.

Ingressa na vida política em 1881, ano em que é eleito deputado pelo círculo de Belém.

Filiou-se no Partido Regenerador, mas, após a morte de Fontes Pereira de Melo, líder regenerador, participa na dissidência da Esquerda Dinástica promovida por Barjona de Freitas contra a liderança de António de Serpa Pimentel.

Declarou-se, depois, independente, encabeçando a Liga Liberal, que se opunha ao Tratado de Londres e em cujo programa se incluía o sufrágio universal, a descentralização e todas as outras medidas de fomento nacional características dos programas da ala esquerda durante o século XIX.

Em Agosto de 1891, perante um certo abatimento do Partido Republicano Português, resolveu tentar captar os restos do republicanismo para um "grande movimento nacional", com a intenção de construir um terceiro partido "de governo", na linha da esquerda dinástica, o qual, no entanto, não teve prossecução.

Dois anos depois, quando caiu o ministério presidido por José Dias Ferreira, Hintze Ribeiro foi encarregado de constituir novo governo, para o qual o convidou, entregando-lhe a pasta dos Negócios da Fazenda, da qual tomou posse em 23 de Fevereiro de 1893. A sua nomeação causou alguma surpresa, pois havia-se conservado afastado da política partidária e era conhecido por deter opiniões "avançadas", nomeadamente no campo social e económico.

Durante o seu mandato, terminado



em 20 de Dezembro de 1893, deslocaram-se a Lisboa os credores externos para negociar a redução da dívida externa, para o que disponha de 25 mil títulos do empréstimo do tabaco na posse do Tesouro e outros tantos no Banco de Portugal, que representavam cerca de dois milhões de libras, mas acabou por não lhe ser possível realizar a conversão da dívida pública, devido, em boa parte, às opiniões contrárias de um outro membro do Governo, João Franco. As razões que o levaram a abandonar o cargo, escreveu-as no livro *Liquidações Políticas*, publicado em 1896.

Em 1894, dizia-se que disputava o grão-mestrado do Oriente Lusitano – embora outros garantissem que nem iniciado era – e frequentava assiduamente a assembleia da Associação Comercial de Lisboa, participada por muitos comerciantes afectos à ideologia republicana e radical.

Não obstante as suas dissidências políticas, conseguiu ser reeleito deputado, como independente, em 25 de Novembro de 1900. Depois de 1902, afastou-se progressivamente da vida parlamentar, dedicando-se aos estudos artísticos, de que resultou a publicação, em 1904, da obra *A Arquitectura Religiosa na Idade Média*.

Nos últimos tempos de vida, voltou ao mister de engenheiro e dedicou-se ao restauro da Sé de Lisboa, abandonando, inclusive, o serviço activo do seu antigo cargo de chefe de serviço na Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro. Não chegou a assistir à conclusão das obras na Sé, pois a morte surpreendeu-o em pleno labor.

Foi, ainda, do Conselho de Sua Majestade e vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

FREDERICO RESSANO GARCIA

Frederico Ressano Garcia nasceu em Lisboa, a 12 de Novembro de 1847, e aí veio a falecer a 27 de Agosto de 1911.

Era filho de António José da Orta e de Fidella Ressano Garcia.

Estudante da Escola Académica até aos 14 anos, matriculou-se, depois, no curso de Engenharia



ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA

da Escola Politécnica, o qual veio a terminar em Paris, em 1869, na École Imperiale des Ponts et Chaussées, em que ingressou mediante concurso de provas públicas.

De regresso a Lisboa, dividiu a sua carreira profissional entre a docência – no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde leccionou Engenharia, e, depois de 1880, na Escola do Exército – e a actividade de engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa, lugar que havia conseguido em 1874, mediante concurso público.

No desempenho desta função, começou por reorganizar o departamento técnico da Câmara Municipal, no sentido de lhe dar alguma autonomia relativamente ao poder político. Dedicou-se, depois, ao estudo e elaboração de um plano sistemático de expansão da cidade para norte, a partir do Tejo, de acordo com o que havia sido planeado no tempo do 1.º marquês de Pombal. Planeou e construiu a Avenida da Liberdade, inaugurada em 1879, a Praça Marquês de Pombal, a Avenida 24 de Julho, desde a rampa de Santos até ao caniço de Alcântara, o mercado da Ribeira Nova, os novos bairros de Campo de Ourique e da Estefânia e todas as avenidas, ruas, bairros e parques entre a Praça Marquês de Pombal e o Campo Grande.

O planeamento técnico e estético que aplicou em Lisboa traduz as influências da renovação de Paris, levada a cabo pelo seu conhecido barão Haussmann, durante as décadas de 1850 e 1860. Tal como na capital francesa, as infra-estruturas para o abastecimento de água, gás e electricidade foram colocadas no subsolo,



facilitando-se, assim, a instalação de linhas de eléctrico e fios de telefone. Para a modernização da cidade, contribuiu, ainda, com os seus projectos de renovação da rede de esgotos, de abastecimento de água, do porto de Lisboa, com a criação da linha de cintura, que veio a transformar-se numa das mais sólidas e económicas da Companhia dos Caminhos de Ferro. Foi também encarregue de elaborar e levar a cabo a construção da Linha de Sintra.

Filiado no Partido Progressista, conservou-se afastado dos órgãos de soberania até 1878, quando foi eleito deputado por um dos círculos de Lisboa. Nos dois anos seguintes, seria eleito pelo Ultramar e, de novo, por Lisboa, apresentando-se, depois, em sucessivas legislaturas, eleito deputado por diversos círculos, até que, em 1887, passou para a câmara alta, como par electivo pelo distrito de Lisboa. O Governo elegeu-o, nessas circunstâncias, primeiro-secretário da Câmara dos Pares e vogal da Comissão dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas, em reconhecimento dos serviços prestados.

Em 23 de Fevereiro de 1889, foi chamado, pela primeira vez, ao Governo, em substituição de Emídio Navarro, na pasta da Marinha e Ultramar. Viria a demitir-se, em conjunto com o executivo, liderado por José Luciano de Castro, em 14 de Janeiro de 1890, na sequência do *Ultimatum* inglês. Pouco tempo depois de ser elevado ao pariato, voltou ao Governo para chefiar a pasta dos Negócios da Fazenda entre 7 de Fevereiro de 1897 e 18 de Agosto de 1898, data em que foi substituído por Manuel Afonso Espregueira, numa recomposição do executivo chefiado por José Luciano de Castro.

Foi redactor do jornal *Progresso*, órgão officioso do Partido Progressista, e escreveu diversos artigos sobre finanças no *Diário Popular*. Presidente da direcção da Companhia das Águas, sucessivamente eleito até ao ano da sua morte, foi, também, director da Companhia dos Fósforos e da Companhia dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, bem como comissário régio e presidente da comissão portuguesa na Exposição de Paris de 1900. Era grande oficial da Legião de Honra, de França.

MANUEL AFONSO DE ESPREGUEIRA

Manuel Afonso de Espregueira nasceu em Viana do Castelo, a 5 de Junho de 1835, e veio a falecer a 28 de Dezembro de 1917.

Era filho de Mateus António Santos Barbosa, oficial do Exército, e de D. Teresa Carolina Afonso.

Formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra e concluiu, na Escola do Exército,

os cursos de Infantaria e de Estado-Maior. Frequentou, também, a École Imperiale des Ponts et Chaussées, de Paris, onde foi um dos alunos melhor classificados e colega de figuras proeminentes, como Sadi Carnot, mais tarde, Presidente da República Francesa.

Destinado à vida militar, assentou praça em Infantaria em 1850, havendo atingido o posto de general-de-divisão em 1901, um ano antes de se reformar, por limite de idade. Todavia, deixou o serviço activo do Exército nos finais da década de 1880, por fazer parte do quadro dos engenheiros de obras públicas.

Na sua carreira de engenheiro, começou por se destacar como chefe de secção para as obras da barra de Viana de Castelo. De regresso a Portugal, vindo da formatura em Paris, foi encarregado pelo Governo do projecto do porto artificial de Leixões e melhoramentos da barra do Porto. Seguiu-se a sua nomeação para os cargos de director das obras do Mondego e da barra da Figueira da Foz e de director da 1.ª Divisão Hidráulica do Reino, em que tutelava todos os portos e barras ao norte do Mondego, excepto Aveiro. Participou, ainda, nos estudos sobre o porto de Ponta Delgada e exerceu o lugar de inspector-geral da Junta Consultiva de Obras Públicas.

Porém, o posto em que logrou maior reconhecimento, pelo menos no âmbito da engenharia, foi o de director-geral da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, por ter dado primazia à resolução do problema do atravessamento do rio Douro pela linha férrea do Norte. Em nome desse desempenho, que decorreu entre os anos de 1872-1885



IN. CEM ANOS DO BNU NA VIDA PORTUGUESA

e 1890-1894, foi nomeado engenheiro consultor da referida companhia, cargo que ocupou até ao final da sua vida.

No campo político, a sua intervenção não foi menos activa.

Membro do Partido Progressista, sentou-se na Câmara dos Deputados em diversas legislaturas (1869-1904), tanto na condição de deputado como na de vice-presidente (1895) e presidente (1890 e 1897) dessa assembleia. Por fim, atingiu o pariato, por Carta Régia de 4 de Abril de 1905.

Depois de publicar, em 1897, o livro *As Despesas Públicas e a Administração Financeira do Estado*, onde se pronunciou contra a opção dos anteriores governos de recorrer ao crédito como forma de saldar os défices orçamentais, mostrando a necessidade impreterível de conter e diminuir, o mais possível, a despesa pública, assumiu, em 18 de Agosto do ano seguinte, a pasta dos Negócios da Fazenda no ministério presidido por José Luciano de Castro e exerceu-a até 25 de Junho de 1900. Voltaria, em 20 de Outubro de 1904, a integrar um executivo liderado por José Luciano de Castro, uma vez mais, à frente da pasta dos Negócios da Fazenda, a qual deixou em 27 de Dezembro de 1905, por via de uma remodelação governamental.

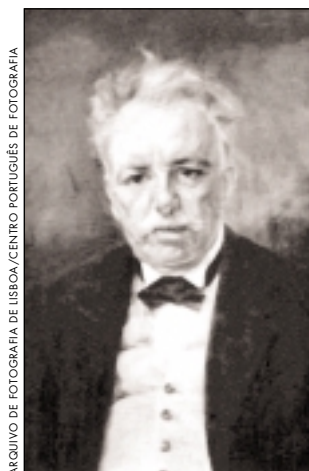
A sua passagem pelo Ministério dos Negócios da Fazenda não acabaria por aí, vindo a assumir essa pasta, pela última vez, entre 4 de Fevereiro de 1908 e 11 de Abril de 1909, no executivo extrapartidário liderado por Ferreira do Amaral (até 25 de Dezembro de 1908) e Campos Rodrigues. Viu-se, então, envolvido numa polémica com o deputado regenerador Caeiro da Mata, que o acusou de burla,

por causa de um empréstimo à Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro. Findo esse mandato, não mais regressaria ao exercício de cargos governativos.

A sua participação política e cívica valeu-lhe várias condecorações, como a de grande oficial, oficial e cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, oficial da Legião de Honra e da Ordem da Rosa do Brasil, Grã-Cruz da Águia Vermelha da Alemanha, Grã-Cruz do Mérito Militar e comendador da Ordem de Carlos III, de Espanha.

Dos diversos trabalhos que deixou, destacam-se os seguintes: *Missão de Estudo ao Porto de Antuérpia* (1886), *Memória Descritiva do Projecto de Um Porto de Abrigo em Leixões* (1874), *Memória sobre as Obras Executadas nos Campos do Mondego, desde 1 de Julho de 1866 a 31 de Outubro de 1870* (1871) e *Projecto do Caminho de Ferro de Mossamedes* (discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 1890).

ANSELMO JOSÉ FRANCO DE ASSIS DE ANDRADE



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Anselmo José Franco de Assis de Andrade nasceu em Lisboa, em 1844, e veio a falecer em 1928.

Escritor, economista, abastado lavrador e proprietário, era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

Pertenceu à Geração de 70, sendo, pois, amigo e condiscípulo de Antero de Quental, Eça de Queirós, de Oliveira Martins e de tantos outros intelectuais, que se propuseram agitar as consciências da época.

Estreou-se no mundo das letras com *Épopeias da História*, publicado em 1866, e com um projecto jornalístico em parceria com Eça de Queirós, que, no fundo, constituiu um primeiro ensaio de *As Farpas*, que este escritor veio a concretizar, mais tarde, com Ramalho Ortigão. Estabeleceu-se em Beja em 1875, onde abriu um escritório de advogados e administrava as propriedades que havia herdado de sua mãe, chegando mesmo a ser presidente da respectiva Câmara Municipal.

Durante esse período, desenvolveu intensa actividade na área do jornalismo e da investigação histórica, que resultou num vasto projecto científico literário sobre paleontologia, do qual apenas se publicou *Populações Lacustres*. Regressando a Lisboa em 1885, filia-se no Partido Progressista e assume a direcção do seu órgão oficial, o *Correio da Noite*, em substituição de Emídio Navarro. Mantém-se seis anos à frente desse jornal, período durante qual opta por abordar, em artigos de fundo, as grandes questões económicas e sociais do País.

Eleito, pela primeira vez, deputado às Cortes em 1887, foi, daí em diante, reeleito para diversas legislaturas até 1905.

A publicação, em 1898, de *A Terra – Economia Nacional e Comparada*, onde expõe a sua doutrina financeira e económica, granjeou-lhe um enorme prestígio científico e terá contribuído para o convite que lhe foi endereçado por Hintze Ribeiro, para integrar o seu governo como ministro dos Negócios da Fazenda. Assume a pasta em 25 de Junho de 1900, mas apenas até 30 de Novembro desse ano, por não ver aprovado, entre outros, um projecto da sua autoria que visava a criação de um banco do Estado.

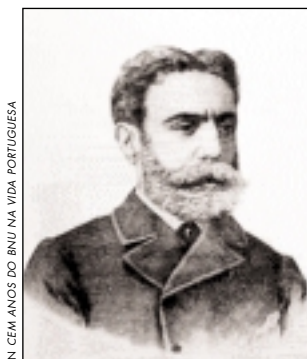
Prosseguiu, então, os seus estudos económicos e, anos mais tarde, após o Regicídio, foi convidado para preceptor do jovem rei D. Manuel II. Em 26 de Junho de 1910, quando é de novo chamado ao Governo, no ministério liderado pelo médico transmontano Teixeira de Sousa, volta a encarregar-se da pasta dos Negócios da Fazenda, tendo sido o seu último titular da Monarquia Constitucional.

Com a implantação da República, não tornou a exercer qualquer cargo político, antes se dedicou às funções de director do Instituto de Agronomia e Veterinária.

A sua obra económica teve grande influência junto dos académicos economistas, nomeadamente, em António de Oliveira Salazar, com quem manteve colaboração científica.

Ao nível associativo, pertenceu ao conselho fiscal da Sociedade de Agricultura Colonial.

FERNANDO MATOSO DOS SANTOS



IN CEM ANOS DO BNI NA VIDA PORTUGUESA

Fernando Matoso dos Santos nasceu em Campo Maior, em 1849.

Era filho de António Maria Rodrigues dos Santos e de Maria Vitória Matoso.

Terminados os estudos preparatórios, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se formou em Filosofia e, depois, em Medicina, concluindo os estudos superiores em 1874.

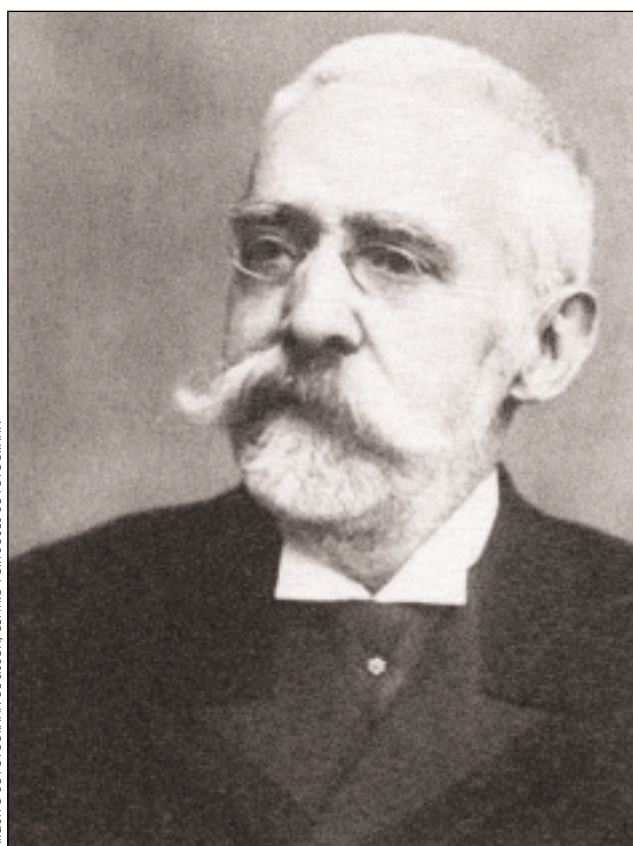
Era médico camarário na Golegã, quando se propôs ao concurso da cadeira de Zoologia e Anatomia Comparada na Escola Politécnica, no qual alcançou a primeira classificação

e de que resultou a sua nomeação para lente titular da mesma cadeira, em 1880. Mais tarde, seria despachado lente da 2.^a cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Membro do Partido Progressista, fez parte da vereação da Câmara Municipal de Lisboa, circunstância em que ganhou relevância política. Em 1887, estreou-se como deputado, eleito pela Golegã, vindo a ser reeleito em sucessivas legislaturas, pelos círculos do Cartaxo, Covilhã, Horta e Abrantes. Veio, ainda, a fazer parte da Câmara dos Pares, eleito por Aveiro.

Em 1891, era inspetor do serviço técnico das Alfândegas e membro do Conselho-Geral das Alfândegas e da Comissão das Pautas Ultramarinas.

Data de 30 de Novembro de 1900 a sua primeira e única chamada ao Governo, quando, numa recomposição ministerial do gabinete liderado por Hintze Ribeiro, substituiu Anselmo de Andrade na pasta dos Negócios da Fazenda. Vem a acumular, a título provisório, a pasta dos Negócios Estrangeiros, desde 1 de Julho de 1901, até que, em 28 de Fevereiro de 1903, o Governo se demite, após uma discussão parlamentar sobre os contratos dos fósforos e dos tabacos, mantendo-se, apenas, o chefe do Executivo.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

ANTÓNIO TEIXEIRA DE SOUSA

António Teixeira de Sousa nasceu em Celeirós, concelho de Sabrosa, a 5 de Maio de 1857, e veio a falecer no Porto, a 5 de Junho de 1917. Era filho de Dionísio Teixeira de Sousa e de Ana de Sousa. Frequentou, a partir de 1874, o Liceu de Vila Real, tendo sido um aluno muito aplicado e distinto.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Três anos volvidos, inscreveu-se nos preparatórios de Medicina da Academia Politécnica do Porto, entrando no ano seguinte para a Escola Médico-Cirúrgica dessa cidade, onde apresentou, como tese inaugural, um trabalho experimental sobre a *enervação do coração*. Aluno premiado em todas as cadeiras e contemplado, pela primeira vez na história, com o Prémio Macedo Pinto, instituído para galardoar os médicos mais distintos saídos daquela escola, terminou o curso em 1883 e, ainda neste ano, foi nomeado médico municipal de Valpaços, lugar que trocou no ano seguinte pelo de director técnico do estabelecimento termal de Pedras Salgadas, em cujas funções se manteve até 1897.

Dedicara-se, a partir de 1884, ao jornalismo, como redactor do *Distrito de Vila Real*, até 1892, ano em que passou a exercer as mesmas funções no *Vilarealense*, que, como a primeira, era uma folha afectada ao Partido Regenerador.

Em 1895, foi nomeado cirurgião ajudante do Exército, mas, eleito, entretanto, procurador à Junta Geral do distrito de Vila Real pelo concelho de Alijó, abandonou aquelas funções, passando a servir, várias vezes como membro da comissão executiva da referida Junta Geral.

Não deixou, contudo, de exercer clínica termal, tanto em Pedras Salgadas como em Vidago. Data de 1889 a sua estreia como candidato a deputado, pelo círculo de Alijó. Eleito, então, por larga maioria de votos, regressaria ao assento parlamentar sempre pelo mesmo círculo.

Vem a ser eleito segundo e primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, em 1890 e 1894, respectivamente, desempenhando o último desses lugares até 1898. Ainda em 1894, após o

encerramento da sessão legislativa, aceita, por conveniências partidárias, o posto de governador civil de Bragança. Durante o consulado progressista, estando, por consequência, na oposição, evidencia-se pelos ataques de fundo contra o Governo, em especial, contra as medidas do ministro dos Negócios da Fazenda de então, o conselheiro Manuel Afonso de Espregueira. A par da actividade política, exerceu as funções de inspector da Companhia de Tabacos de Portugal, entre 1890 e 1900. No último desses anos, em 26 de Junho, foi convidado, por Hintze Ribeiro, para o lugar de ministro da Marinha e Ultramar, que ocupou até 28 de Fevereiro de 1903, data em que uma remodelação ministerial o fez transitar para o Ministério dos Negócios da Fazenda. Depois de enfrentar uma forte manifestação contra as medidas financeiras tomadas, que uniu monárquicos e republicanos em 14 de Março de 1904, pediria a sua demissão em 26 de Março seguinte, por divergências com o chefe do Executivo. Em Maio do mesmo ano, foi nomeado administrador-geral das Alfândegas, exercendo o cargo durante cerca de cinco meses. Regressou ao cargo de ministro dos Negócios da Fazenda em 20 de Março de 1906, no último governo dirigido por Hintze Ribeiro que, passados cinquenta e oito dias, se demitiria em bloco. Apesar desse curto mandato, logrou resolver a questão do tabaco, que tanta celeuma havia criado, elevando a renda de 4500 para 5500 contos, em concurso público, depois de haver garantido os meios necessários para fazer o reembolso das obrigações que não fossem convertidas.

Como membro destacado do Partido Regenerador, assumiu nos últimos anos da Monarquia, um crescente protagonismo e, após a morte de Hintze Ribeiro, candidatou-se à liderança, mas desistiu em favor de Júlio Vilhena, de modo a evitar cisões intrapartidárias. Acabou, no entanto, por ser eleito líder do referido partido, a 16 de Janeiro de 1910, depois de Júlio Vilhena ter renunciado à chefia. Em 23 de Julho de 1910, foi encarregado de organizar um gabinete governativo, que seria o último da Monarquia, em que acumulou a Presidência e a pasta dos Negócios do Reino. O advento da República acabou por ditar o seu afastamento da vida política. Par do Reino desde 1901, era grã-cruz das ordens de Cristo, de Carlos III (Espanha), de Salvador (Grécia), de São Maurício e São Lázaro (Itália) e de D. Afonso XII (Espanha). Além de obras sobre termalismo e medicina, foi também autor das seguintes obras de carácter autobiográfico e justificativo: *Para a História da Revolução* (1912), *A Força Pública na Revolução* (1913) e *Responsabilidades Históricas* (1917).

RODRIGO AFONSO PEQUITO

Rodrigo Afonso Pequito nasceu a 27 de Junho de 1849, em Lisboa, e veio a falecer em 1931. Era filho de José Afonso Pequito, comerciante de Lisboa, e de Teresa Maria de Jesus Pequito. Os seus avoengos eram lavradores modestos dos concelhos de Viana do Castelo e de Aveiro.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Ficando sem pais entre os anos de 1856 e 1857, foi amparado por um amigo da família, o capitão do Exército Constantino Alves Pereira. Depois de concluídos os estudos preparatórios no Liceu de Lisboa, fez o curso comercial da Escola do Comércio e, em seguida, o curso industrial do Instituto de Lisboa. Enquanto frequentava este estabelecimento de ensino, era empregado de um escritório comercial, como guarda-livros. Quando, em 1870, se extinguiu a Escola do Comércio e o respectivo curso passou para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, concorreu à cadeira de Contabilidade e Operações Comerciais e, ficando em primeiro lugar no concurso, foi nomeado lente daquela cadeira por Decreto de 20 de Dezembro de 1870.

Propagandista tenaz do alargamento e progresso do ensino comercial, deve-se-lhe, especialmente, a criação e organização do curso superior de Comércio, cujo projecto de lei relatou na Câmara dos Deputados, em 1883. Integrou, também, como vogal, o Conselho Superior do Comércio e Indústria e a Comissão Superior de Instrução Industrial e Comercial. Esteve entre os mais activos fundadores da Sociedade de Geografia, na qual ocupou os lugares de secretário, de director vogal, onde se demorou nove anos, e, por fim, de presidente da secção de economia política, onde se conservou por longo período. Representou a Sociedade de Geografia e o Governo português nos congressos internacionais de Geografia de Paris, em 1878, e de Bruxelas, em 1879. Do mesmo modo, contribuiu para o êxito que teve, na Exposição de Antuérpia de

1885, a exposição colonial portuguesa, organizada pela Sociedade de Geografia, facto que lhe valeu, por Decreto de 17 de Março de 1887, a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.

Antes, porém, havia sido um dos membros da Comissão de Imprensa que, em 1880, organizou e dirigiu a celebração do tricentenário da morte de Luís de Camões.

Iniciou a sua intervenção política como vereador da Câmara Municipal de Lisboa, eleito em 1877, depois da anterior vereação ter sido dissolvida.

Viria a ser reconduzido nessas funções no ano seguinte.

Membro do Partido Regenerador, foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1882, por Lisboa, repetindo esse resultado em 1884, pelo mesmo círculo. Seguiu-se a sua eleição como procurador à Junta Geral do Distrito, quer por Lisboa, em 1883, quer por Mafra, em 1885. Finalmente, em 1890, foi eleito par do Reino pelo distrito de Portalegre e, em 1894, pelo distrito de Lisboa.

Quando se extinguiram os pares electivos, foi novamente eleito deputado por Lisboa, em 1900 e 1901.

Da única vez em que acedeu ao Governo, desempenhou o cargo de ministro dos Negócios da Fazenda do gabinete formado por Hintze Ribeiro, em substituição de Teixeira de Sousa. Na gerência dessa pasta, ocorrida entre 20 de Março e 20 de Outubro de 1904, apresentou uma proposta de reforma da unidade monetária portuguesa, que passaria a designar-se *luso*. Publicitada nos jornais da época, a proposta não teve, contudo, seguimento, mas viria a ser recuperada, com adaptações, na redacção do decreto fundador do escudo, já em plena

I República, período que marcou o seu afastamento da vida política activa.

Autor de diversas obras, foi ainda director da *Revista de Portugal e Brasil* e colaborador de diversas folhas periódicas.

Membro do Conselho Fiscal do Banco de Portugal, pertencia ao Conselho de Sua Majestade e era oficial da Ordem de São Tiago (mérito científico), sócio correspondente de diversas sociedades científicas estrangeiras e agraciado com as palmas da Instrução Pública, pelo Estado francês.

JOSÉ CAPELO FRANCO FRAZÃO

José Capelo Franco Frazão nasceu no concelho do Fundão, em 1872, e veio a falecer em Lisboa, corria o ano de 1940.

Era filho de João António Franco Frazão, grande proprietário da província da Beira Baixa, Presidente da Câmara do Fundão, governador civil e presidente da Junta Geral do distrito de Castelo Branco, deputado em várias legislaturas e par do Reino, e de Maria Amélia Capelo da Fonseca, senhora de formação religiosa. Passou a sua juventude num meio culto, consciente dos problemas regionais – sobretudo, agrários – e dos principais assuntos do País, discutidos no Parlamento.

Em 1892, terminou os seus estudos em Coimbra, onde se formou em Direito, e ingressou, ainda nesse ano, na Escola de Ciências Políticas de Paris, onde frequentou o curso de pós-graduação em Ciências Políticas.

De regresso a Lisboa em 1895, iniciou a sua actividade profissional na área do Direito, no escritório do jurista Dr. Veiga Beirão. Simultaneamente, mas ainda sem ambições políticas, participou em diversas conferências e colaborou com a imprensa diária, debatendo assuntos ultramarinos, sociais, económicos e artísticos.

Em Março de 1897, filiou-se no Partido Progressista e formalizou a sua candidatura a deputado pelo círculo do Fundão, que se revelou inconsequente. No entanto, por pressão de José Luciano de Castro, chefe daquele partido, acabará por prestar juramento na Câmara dos Deputados em 18 de Janeiro de 1898, como deputado pelos territórios coloniais de Macau e Timor.

A 29 de Janeiro de 1900, foi-lhe atribuído o título de conde de Penha Garcia.

A sua acção parlamentar continuaria, ininterruptamente, entre 1901 e 1910, período em que ocupou o lugar de deputado eleito pelo concelho de Castelo Branco e presidiu a diversas comissões parlamentares (dos Negócios da Fazenda, do Orçamento, dos Negócios Estrangeiros ou interparlamentar de Colonização). Entretanto, aquando da recomposição ministerial operada em Dezembro de 1905, motivada por dissidências internas no seio do Partido Progressista, José Luciano de Castro, então chefe do Governo, propõe o seu nome ao rei para a pasta dos Negócios da Fazenda, com sucesso, a qual desempenhou até 20 de Março de 1906. Nos anos seguintes, foi convidado para assumir outras pastas ministeriais, embora tenha sempre recusado, mesmo quando convidado pelo Dr. Veiga Beirão.

Em 1910, aquando da reabertura do Parlamento, foi nomeado presidente da Câmara dos Deputados, o último da Monarquia. Após a proclamação da República, fiel à Monarquia e ao rei, fixa-se em Genebra. Durante o período de exílio voluntário, dedicou-se às questões do Direito Internacional e à problemática colonial, realizando diversas conferências na Europa, em defesa da obra colonizadora dos últimos trinta anos.

A sua independência económica e política mantiveram-no desligado dos partidos que em Portugal disputavam o poder, mas, mesmo assim, em Fevereiro de 1915, foi convidado por Pimenta de Castro para assumir a Legação de Madrid ou uma pasta governativa,

o que declinou, por se recusar a compactuar com a República Portuguesa. Sidónio Pais haveria de lhe oferecer a pasta do Negócios Estrangeiros, mas não teve melhor sorte. Contudo, a sua atitude manifestou-se diferente aquando da solicitação para representar Portugal



COLEÇÃO BENEDITA MARIA DUQUE VIEIRA

em assembleias internacionais, pelo que aceitou ser ministro plenipotenciário à Conferência da Paz, realizada em Paris no Verão de 1919. Não chegaria, porém, a exercer essa função, tendo sido afastado do cargo devido às perturbações que, entretanto, se fizeram sentir em Portugal. Regressou, então, à vida privada e prosseguiu com os estudos e conferências sobre as questões ultramarinas.

Já em Portugal, a partir de 1928, foram-lhe confiadas missões no Supremo Tribunal de Arbitragem, Sociedade das Nações e Comissão dos Mandatos.

Verdadeiro embaixador das causas ultramarinas, bate-se, na metrópole, pela construção de um Palácio das Colónias e de um edifício independente para a Escola Superior Colonial, assim como pela aproximação entre a Sociedade de Geografia de Lisboa e, em especial, o Instituto Internacional de Línguas e Culturas Africanas. Aliás, em prol da aproximação entre a metrópole e as colónias, organiza os primeiros serviços de intercâmbio escolar.

Desempenhou, ainda, as funções de membro do Instituto Colonial Internacional, membro do Supremo Tribunal de Arbitragem da Sociedade das Nações, membro da Comissão Organizadora dos Centenários (1940), presidente do Comité Olímpico Português, presidente da Sociedade de Geografia e de director da Escola Superior Colonial (1928-1940).

Foi um dos fundadores da “Pietas”, associação ligada à Cruz Vermelha, em Genebra, e detinha o título de cidadão honorário desta cidade. É autor da obra *Les Colonies Portugaises* (1931), destinada à Exposição Colonial Internacional de Paris.

ERNESTO DRIESEL SCHRÖETER

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



Ernesto Diesel Schröeter nasceu em 1850 e veio a falecer a 7 de Fevereiro de 1942, em Lisboa. Iniciou muito novo a sua actividade na carreira comercial, onde alcançou grande sucesso, chegando, inclusive, à presidência da Associação Comercial de Lisboa. Em 19 de Maio de 1906, aceitou o convite para dirigir a pasta dos Negócios da Fazenda, no ministério presidido por João Franco, que marcou o fim do rotativismo político. Até 2 de Maio de

1907, data da sua demissão, desenvolveu acções em prol do levantamento do crédito público. Não obstante o seu bom desempenho, foi alvo de perseguições políticas por parte dos republicanos, que verberavam a sua nacionalidade, austríaca.

Além de director do Banco de Portugal, foi nomeado seu vice-governador por diferentes ministros dos Negócios da Fazenda. Desempenhou muitos outros cargos, entre eles, o de administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro e o de presidente honorário da Sociedade Estoril, tendo pertencido, ainda, ao Banco Comercial de Lisboa e, nos últimos anos de vida, ao conselho fiscal do Jardim Zoológico.

Destacou-se, igualmente, pela sua actividade jornalística, ao longo da qual deu a conhecer diversos artigos sobre assuntos financeiros. Era grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e comendador da Legião de Honra.

COLEÇÃO ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA, ÓLEO DE COLUMBANO



FERNANDO AUGUSTO MIRANDA MARTINS DE CARVALHO



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho nasceu em Lamego, a 1 de Fevereiro de 1872, e veio a falecer no Estoril, a 18 de Abril de 1947. Era filho de Francisco Augusto Martins de Carvalho, general, e de Rosa Guilhermina de Miranda Pinto Martins de Carvalho. Ao terminar o curso de Direito na Universidade de Coimbra em 1891, no qual se havia matriculado no ano lectivo de 1885-1886, abriu banca de advogado em Lisboa. Pouco tempo depois, com apenas vinte e dois anos, foi eleito sócio efectivo da Associação dos Advogados de Lisboa, nada que os seus tempos de estudante não fizessem prever, pois, no 5.º ano jurídico, com outros estudantes, redigiu a *Revista de Coimbra*, publicação que deixou numerosos estudos sobre Direito e Sociologia. Filiou-se no Partido Republicano quando fez a sua entrada na cena política, mas deixaria essas fileiras pouco depois, para aderir ao Partido Regenerador Liberal, de João Franco. Eleito deputado nas eleições de 1901, 1905, 1906, 1907 e 1908, foi o principal colaborador da proposta de lei sobre as Sociedades Anónimas. Entretanto, em 2 de Maio de 1907, integrou o segundo governo de João Franco, do qual foi o principal colaborador jurídico e, também, o ministro dos Negócios da Fazenda, conservando-se à frente da pasta até 4 de Fevereiro de 1908. O seu envolvimento com o projecto político de João Franco levou-o, inclusive, à direcção de um dos órgãos do Partido Regenerador Liberal, o *Jornal da Noite*, onde pôde seguir as pisadas do avô paterno Joaquim Martins de Carvalho, que fora jornalista e escritor.

Com a proclamação da República, exila-se no Brasil, onde, em 1911, obteve a formatura na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Continuou, além-Atlântico, a praticar a advocacia e a colaborar na imprensa, entre 1911 e 1914.

No ano seguinte, regressou a Portugal e, continuando a exercer a advocacia, começa a destacar-se na área do Direito Comercial. Ainda em 1915, passa a dirigir a revista *O Direito*, que havia sido orientada por José Luciano de Castro e pelo visconde de Carnaxide.

A convite de D. Manuel II, último rei de Portugal, serviu de advogado e consultor jurídico da Casa de Bragança – funções em que conduziu a contestação da nacionalidade portuguesa de D. Duarte Nuno – e foi presidente da respectiva Junta. Da Ordem dos Advogados, veio a ser eleito presidente do Conselho Geral, em 30 de Dezembro de 1929, com 170 votos em 211 listas entradas, e exerceu o lugar de bastonário entre 1930 e 1932, mandato em que contribuiu para a consolidação da instituição.

Depois de ter sido nomeado sócio titular da Academia Portuguesa da História (1937), foi a vez de, em 1942, lhe terem sido conferidas, na Sala dos Capelos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, as insígnias de Doutor Honoris Causa, distinção nunca antes dada a um cidadão português. Exerceu, ainda, os cargos de administrador da Companhia de Tabacos de Portugal, da Sociedade Estoril e da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, bem como o de presidente da assembleia geral do Banco Burnay. Era grã-cruz das ordens de Santiago e de Carlos III, de Espanha.

JOÃO SOARES BRANCO

João Soares Branco nasceu em Alcácer do Sal, a 6 de Setembro de 1863, e veio a falecer em Lisboa, a 4 de Fevereiro de 1927.

Era filho de Domingos Silvestre Branco e de Maria Emília Soares Franco.

Depois de assentar praça em 18 de Setembro de 1880, ingressou na Escola do Exército, na arma de Engenharia, e prosseguiu a carreira militar até ao posto de capitão, a que foi promovido



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

em 1900. Viria a ser julgado incapaz do serviço militar em 16 de Setembro de 1911, pelo que passou à reserva.

Além de aluno da Escola do Exército, foi também seu lente, demonstrando sempre competência pedagógica e uma vasta cultura, sobretudo, em assuntos de engenharia. Na sua curta carreira militar, exerceu, ainda, as funções de adjunto da Secção Técnica de Manutenção Militar. Estreou-se nas lides políticas como membro do Executivo chefiado pelo general Sebastião Teles, encarregando-se da pasta dos Negócios da Fazenda entre 11 e 25 de Abril de 1909, data em que o Governo caiu. Ainda nesse ano, a 22 de Dezembro, integra o Governo presidido pelo conselheiro Francisco Veiga Beirão, novamente como ministro dos Negócios da Fazenda, em cujo exercício se mantém até 26 de Junho do ano seguinte, quando as Cortes são dissolvidas. Com o advento da República, afastou-se da vida pública.

Pertencia ao Conselho de Sua Majestade, era cavaleiro e oficial da Ordem de Avis, por serviços distintos, e recebeu as medalhas de Comportamento Exemplar e de 2.ª Classe da Cruz Vermelha, além de outras condecorações estrangeiras.

FRANCISCO DE PAULA DE AZEREDO TEIXEIRA DE AGUILAR



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Aguilár, herdeiro do título de conde de Samodães, nasceu a 30 de Dezembro de 1859, na cidade do Porto, e veio a falecer a 21 de Junho de 1940, no concelho de Marco de Canaveses.

Era filho de Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilár, 2.º conde de Samodães, professor e antigo ministro dos Negócios da Fazenda, e de Henriqueta Adelaide Vieira de Magalhães. Aluno da Universidade de Coimbra, bacharelou-se em Filosofia e Matemática, mas acabou por ingressar na Escola de Guerra e seguir a carreira militar, no decurso da qual ascendeu ao posto de coronel de Engenharia.

Dedicou-se, também, à docência, havendo sido lente da Academia Politécnica do Porto e professor jubilado da Faculdade de Ciências da



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

mesma cidade, onde leccionou a cadeira de Física entre 1901 e 1929. Na capital nortenha, exerceu, ainda, o cargo de director do Observatório Meteorológico da Serra de Pilar. Iniciou a actividade política em 1901, quando integrou a vereação da Câmara Municipal do Porto, voltando à administração autárquica em 1931, para presidir à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Marco de Canaveses. Em 14 de Maio de 1909, foi nomeado ministro dos Negócios da Fazenda daquele que seria o antepenúltimo governo da Monarquia Constitucional, mantendo essas funções até 22 de Dezembro do mesmo ano.

Era grã-cruz das ordens de Afonso XII de Espanha e de Avis, além de ter sido distinguido com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar.

PAINEL DE CERÂMICA POLICROMA, JORGE BARRADAS, COL. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

